



BALANÇO RELATÓRIO CONTÁBIL

2024

Diretor Geral do DNOCS

Fernando Marcondes de Araújo Leão

Diretor Administrativo

Narcélio Moreira Albuquerque

Chefe da Divisão de Recursos Financeiros

Francisco Evaldo Braz Azevedo

Chefe do Serviço de Contabilidade

Jonas Ferreira Araújo Júnior

Equipe Técnica

Antônio da Silva Barros

Ciro Pereira Costa Lima

David Cavalcante Lima Neto

Denise Barros de Oliveira

Francisco Wagner Araújo Almeida

Pedro Carneiro Kolb

Sumário

Apresentação.....	4
Demonstrações Contábeis.....	6
Balanço Patrimonial.....	6
Demonstrações das Variações Patrimoniais.....	8
Balanço Orçamentário.....	9
Balanço Financeiro.....	12
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	14
Notas Explicativas.....	15
Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis.....	15
Ativo Circulante.....	20
Ativo Não Circulante.....	22
Passivo Circulante.....	24
Patrimônio Líquido.....	26
Atos Potenciais Ativos.....	26
Atos Potenciais Passivos.....	27
Exploração e Vendas de Bens, Serviços e Direitos.....	28
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas.....	28
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas.....	29
Remuneração a Pessoal e Encargos Patronais.....	30
Benefícios Previdenciários e Assistenciais.....	31
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo.....	31
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos.....	32
Resultado Patrimonial.....	32
Balanço Orçamentário.....	33
Execução Orçamentária da Receita.....	34
Execução Orçamentária da Despesa.....	35
Execução dos Restos a Pagar.....	36
Receita Orçamentária.....	37
Despesa Orçamentária.....	37
Resultado Financeiro.....	38
Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	39

Apresentação

As Demonstrações Contábeis, também conhecidas como Demonstrações Financeiras (DF), são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Observam o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual Siafi, da Secretaria do Tesouro Nacional.

Os controles para garantir a regularidade, completude, abrangência e observância das normas estão relacionados à integridade da informação contábil. Cada prerrogativa de registros no sistema é passível de conferência mensal e integra o processo de gerenciamento de acesso e segurança.

A conformidade de registro de gestão, observada a segregação de funções, atesta a conformidade com os documentos de suporte.

A conformidade contábil guia-se por procedimentos descritos na Macrofunção-STN 020315 e estabelece como necessária a autonomia profissional, com o propósito de preservar a evidenciação dos efeitos patrimoniais, orçamentários e financeiros nas Demonstrações Contábeis e relatórios extraídos, objetos centrais da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP).

Os relatórios de propósito geral apresentam a situação e os resultados orçamentário, financeiro e patrimonial do exercício financeiro. É composto pelo Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e Demonstração dos Fluxos de Caixa, acompanhados das respectivas notas explicativas.

- **Balanço Patrimonial** – Evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial através das contas do patrimônio público geridas pelo Órgão.
- **Balanço Orçamentário** – Demonstra a execução orçamentária das receitas e despesas ocorridas no exercício, através do confronto das receitas e despesas aprovadas na lei orçamentária anual e aquelas efetivamente executadas.
- **Balanço Financeiro** - Apresenta os ingressos e dispêndios orçamentários e extraorçamentários do período, ajustado com os saldos advindos do exercício anterior, bem como com aqueles transferidos para o exercício seguinte.
- **Demonstração dos Fluxos de Caixa** – Demonstra o fluxo financeiro do período, através das origens e aplicações dos recursos obtidos pelo Órgão; baseado nas atividades operacional, investimento e

financeira, evidenciando o fluxo líquido de caixa.

- **Demonstração das Variações Patrimoniais** – Propõe a evidenciação das alterações, ocorridas no patrimônio, resultantes ou independentemente da execução orçamentária; através do confronto das variações patrimoniais aumentativas e das variações patrimoniais diminutivas, indicando o resultado patrimonial do exercício.
- **Notas Explicativas** – Divulgação (*Disclosure*) complementar relevante às Demonstrações Financeiras - qualidade da “compreensibilidade”.

Demonstrações Contábeis

Balanço Patrimonial

Em Reais		
ATIVO	31/12/2024	31/12/2023
ATIVO CIRCULANTE	118.187.670,20	78.490.141,34
Caixa e Equivalentes de Caixa	114.055.566,86	75.500.055,77
Créditos a Curto Prazo	3.519.838,08	2.597.163,44
Estoques	612.265,26	392.922,13
ATIVO NÃO CIRCULANTE	6.970.862.199,13	6.447.075.426,00
Ativo Realizável a Longo Prazo	55.387.499,54	38.213.689,47
Créditos a Longo Prazo	55.387.499,54	38.213.689,47
Dívida Ativa Não Tributária	55.381.283,50	38.207.473,43
Demais Créditos e Valores	6.216,04	6.216,04
Investimentos	1.056.450,02	1.056.450,02
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	1.056.450,02	1.056.450,02
Imobilizado	6.910.731.636,22	6.404.118.673,16
Bens Móveis	442.736.452,57	305.021.090,18
Bens Móveis	606.169.824,37	430.679.017,45
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-163.433.371,80	-125.657.927,27
Bens Imóveis	6.467.995.183,65	6.099.097.582,98
Bens Imóveis	6.489.471.100,53	6.124.281.674,56
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-21.475.916,88	-25.184.091,58
Intangível	3.686.613,35	3.686.613,35
Softwares	1.484.840,12	1.484.840,12
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	2.201.773,23	2.201.773,23
TOTAL DO ATIVO	7.089.049.869,33	6.525.565.567,34
PASSIVO	2024	2023
PASSIVO CIRCULANTE	1.268.778.721,00	1.046.032.742,66
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	58.187.398,61	55.157.874,27
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	87.947.060,32	36.329.729,76
Transferências Fiscais a Curto Prazo	16.573.453,27	3.537.492,08
Demais Obrigações a Curto Prazo	1.106.070.808,80	951.007.646,55
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	4.482,79	4.482,79
Demais Obrigações a Longo Prazo	4.482,79	4.482,79
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	1.268.783.203,79	1.046.037.225,45
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5.820.266.665,54	5.479.528.341,89
Demais Reservas	1.840.960.429,06	1.842.004.525,07
Resultados Acumulados	3.979.306.236,48	3.637.523.816,82
Resultado do Exercício	335.281.799,56	-856.367.446,91
Resultados de Exercícios Anteriores	3.637.523.816,82	4.415.732.147,10
Ajustes de Exercícios Anteriores	6.500.620,10	78.159.116,63
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7.089.049.869,33	6.525.565.567,34

Fonte: SIAFI

Quadro Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes
(Lei nº 4.320/1964)

	Em Reais	
	31/12/2024	31/12/2023
Ativo	7.089.049.869,33	6.525.565.567,34
Ativo Financeiro	114.055.566,86	75.500.055,77
Ativo Permanente	6.974.994.302,47	6.450.065.511,57
Passivo	1.785.794.670,25	1.872.745.007,78
Passivo Financeiro	686.604.637,06	919.827.413,00
Passivo Permanente	1.099.190.033,19	952.917.594,78
Saldo Patrimonial (III=I-II)	5.303.255.199,08	4.652.820.559,56

Fonte: SIAFI

Quadro das Contas de Compensação
(Lei nº 4.320/1964)

	E	
	31/12/2024	31/12/2023
Atos Potenciais Ativos	839.012.013,88	1.037.407,00
Garantias e Contragarantias Recebidas	26.620.125,02	26.620.125,02
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	811.809.958,21	1.010.205.125,00
Direitos Contratuais	581.930,65	581.930,65
Atos Potenciais Passivos	995.958.020,04	832.857,00
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	75.281.315,62	56.254.700,00
Obrigações Contratuais	920.676.704,42	776.603.000,00

Quadro do Superávit/Déficit Financeiro
(Lei nº 4.320/1964)

	Em Reais	
	31/12/2024	31/12/2023
Recursos Ordinários	- 484.004.327,76 -	645.120.621,54
Recursos Vinculados	- 88.544.742,44 -	199.206.735,69
Seguridade Social (Exceto Previdência)	- 224,22 -	1.039.912,81
Previdência Social (RPPS)	- 1.030.382,21	
Dívida Pública	- 106.006.989,37 -	213.877.210,20
Fundos, Órgãos e Programas	18.492.853,36	15.710.387,32
Total das Fontes de Recursos	- 572.549.070,20 -	844.327.357,23

Fonte: SIAFI

Demonstrações das Variações Patrimoniais

	Em Reais	
Perdas Involuntárias	2.072.037,57	2.252.260,99
Incorporação de Passivos	228.260.205,55	164.893.285,52
Desincorporação de Ativos	59.674.129,90	236.042.300,29
Tributárias	90.932,82	226.034,25
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	62.004,79	197.452,40
Contribuições	28.928,03	28.581,85
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	25.938,34	9.715,19
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	25.938,34	9.715,19
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	335.281.799,56	-856.367.446,91

Balanço Orçamentário

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

Em Reais

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo (d=c-b)
Receitas correntes	2.936.927,00	2.936.927,00	3.142.160,23	205.233,23
Receita Patrimonial	1.234.045,00	1.234.045,00	1.598.107,94	364.062,94
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	1.234.045,00	1.234.045,00	1.598.107,94	364.062,94
Receita Agropecuária	43.400,00	43.400,00	32.836,00	-10.564,00
Receita Industrial			248,80	248,80
Receitas de Serviços	1.627.172,00	1.627.172,00	1.335.034,27	-292.137,73
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	1.619.978,00	1.619.978,00	1.335.032,27	-284.945,73
Outros Serviços	7.194,00	7.194,00	2,00	-7.192,00
Outras Receitas Correntes	32.310,00	32.310,00	176.182,02	143.872,02
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	30.971,00	30.971,00	10.000,00	-20.971,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	1.339,00	1.339,00	71.381,37	70.042,37
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital			94.800,65	94.800,65
Receitas de Capital	4.860.551,00	4.860.551,00	5.411.911,04	551.360,04
Alienação de Bens	4.860.551,00	4.860.551,00	5.411.911,04	551.360,04
Alienação de Bens Móveis	3.249.540,00	3.249.540,00	2.250.310,00	-999.230,00
Alienação de Bens Imóveis	1.611.011,00	1.611.011,00	3.161.601,04	1.550.590,04
SUBTOTAL DE RECEITAS	7.797.478,00	7.797.478,00	8.554.320,07	756.842,07
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS		84.330.113,00		-84.330.113,00

Balanco Orçamentário
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

DESPEAS ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Do (j=f-g)
Despesas Correntes	696.534.341,00	712.724.240,00	707.246.523,09	704.541.325,50	650.771.226,80	5.477.7
Pessoal e Encargos Sociais	660.698.764,00	658.004.610,00	652.612.508,75	652.612.508,75	603.403.040,57	5.392.1
Outras Despesas Correntes	35.835.577,00	54.719.630,00	54.634.014,34	51.928.816,75	47.368.186,23	85.6
Despesas de Capital	298.907.999,00	367.048.213,00	455.316.002,25	288.843.800,91	245.164.537,81	-88.267.7
Investimentos	298.907.999,00	367.048.213,00	455.316.002,25	288.843.800,91	245.164.537,81	-88.267.7
TOTAL	995.442.340,00	1.079.772.453,00	1.162.562.525,34	993.385.126,41	895.935.764,61	-82.790.6

Fonte: SIAFI

Execução de Restos a Pagar Não Processados

	Em Exercícios Anteriores (a)	em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)	Liquidados (c)	Pagos (d)
Despesas Correntes	5.656.021,71	14.940.689,87	15.164.045,35	14.669.860,95
Pessoal e Encargos Sociais	4.781,46	17.188,66		
Juros e Encargos da Dívida				
Outras Despesas Correntes	5.651.240,25	14.923.501,21	15.164.045,35	14.669.860,95
Despesas de Capital	219.165.908,48	586.954.030,91	383.606.316,40	326.805.873,01
Investimentos	219.165.908,48	586.954.030,91	383.606.316,40	326.805.873,01
TOTAL	224.821.930,19	601.894.720,78	398.770.361,75	341.475.733,96

Fonte:SIAFI

Execução de Restos a Pagar Processados

	Incritos			
	Em exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)	Pagos (c)	Cancelados (d)
Despesas Correntes		54.246.614,39	53.128.280,42	1.877.911,07
Pessoal e Encargos Sociais	1.376,05	50.233.413,62	50.233.189,40	
Outras Despesas Correntes	578.674,93	4.013.200,77	2.895.091,02	1.877.911,07
Despesas de Capital	13.225.080,58	23.905.050,82	24.491.708,62	827.902,78
Investimentos	13.225.080,58	23.905.050,82	24.491.708,62	827.902,78
TOTAL	13.805.131,56	78.151.665,21	77.619.989,04	829.813,85

Fonte: SIAFI

Balanço Financeiro

Em Reais

INGRESSOS		
	2024	2023
Receitas Orçamentárias	8.554.320,07	8.653.380,26
Vinculadas	8.573.830,66	8.682.714,39
Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	8.563.830,66	8.653.380,26
Recursos Não Classificados	10.000,00	29.334,13
(-) Deduções da Receita Orçamentária	(19.510,59)	(29.334,13)
Transferências Financeiras Recebidas	2.692.464.145,64	2.108.352.030,53
Resultantes da Execução Orçamentária	1.932.386.081,87	1.652.814.613,24
Repasse Recebido	964.526.171,02	825.873.705,67
Sub-repasse Recebido	967.859.907,85	826.940.907,57
Sub-repasse Devolvido	3,00	-
Independentes da Execução Orçamentária	760.078.063,77	455.537.417,29
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	756.988.722,01	455.537.072,28
Movimentação de Saldos Patrimoniais	3.089.341,76	345,01
Recebimentos Extraorçamentários	267.945.786,27	659.870.505,12
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	97.449.361,80	56.792.982,96
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	169.177.398,93	601.894.720,78
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	564.643,78	740.537,71
Outros Recebimentos Extraorçamentários	754.381,76	442.263,67
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	15.059,43	9.228,14
Arrecadação de Outra Unidade	739.322,33	433.035,53
Saldo do Exercício Anterior	75.500.055,77	61.815.484,34

Em Reais

INGRESSOS		
	2024	2023
Receitas Orçamentárias	8.554.320,07	8.653.380,26
Vinculadas	8.573.830,66	8.682.714,39
Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	8.563.830,66	8.653.380,26
Recursos Não Classificados	10.000,00	29.334,13
(-) Deduções da Receita Orçamentária	(19.510,59)	(29.334,13)
Transferências Financeiras Recebidas	2.692.464.145,64	2.108.352.030,53
Resultantes da Execução Orçamentária	1.932.386.081,87	1.652.814.613,24
Repasse Recebido	964.526.171,02	825.873.705,67
Sub-repasse Recebido	967.859.907,85	826.940.907,57
Sub-repasse Devolvido	3,00	-
Independentes da Execução Orçamentária	760.078.063,77	455.537.417,29
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	756.988.722,01	455.537.072,28
Movimentação de Saldos Patrimoniais	3.089.341,76	345,01
Recebimentos Extraorçamentários	267.945.786,27	659.870.505,12
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	97.449.361,80	56.792.982,96
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	169.177.398,93	601.894.720,78
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	564.643,78	740.537,71
Outros Recebimentos Extraorçamentários	754.381,76	442.263,67
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	15.059,43	9.228,14
Arrecadação de Outra Unidade	739.322,33	433.035,53
Saldo do Exercício Anterior	75.500.055,77	61.815.484,34
Caixa e Equivalentes de Caixa	75.500.055,77	61.815.484,34

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Em Reais	
	2024	2023
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	547.748.154,85	242.611.269,88
INGRESSOS	2.696.910.520,78	2.112.915.178,52
Receita Patrimonial	1.598.107,94	1.207.685,24
Receita Agropecuária	32.836,00	51.376,00
Receita Industrial	248,80	348,90
Receita de Serviços	1.335.034,27	1.607.911,72
Outras Receitas Derivadas e Originárias	176.182,02	522.252,89
Outros Ingressos Operacionais	2.693.768.111,75	2.109.525.603,77
Ingressos Extraorçamentários	564.643,78	740.537,71
Transferências Financeiras Recebidas	2.692.464.145,64	2.108.352.030,53
Arrecadação de Outra Unidade	739.322,33	433.035,53
DESEMBOLSOS	-2.149.162.365,93	-1.870.303.908,64
Pessoal e Demais Despesas	-706.699.820,07	-728.751.035,16
Administração	-114.650.051,32	-142.146.783,50
Previdência Social	-584.597.228,01	-575.713.304,52
Urbanismo	-462.288,09	-407.148,70
Agricultura	-6.983.488,32	-10.469.002,82
Encargos Especiais	-21.823,76	-24.023,76
(+/-) Ordens Bancárias Não Sacadas - Cartão de Pagamento	15.059,43	9.228,14
Transferências Concedidas	-93.712.053,31	-85.357.892,15
Intergovernamentais	-81.857.564,64	-71.247.067,38
A Estados e/ou Distrito Federal	-77.981.929,96	-68.507.881,86
A Municípios	-3.875.634,68	-2.739.185,52
Intragovernamentais	-11.854.488,67	-14.110.824,77
Outros Desembolsos Operacionais	-1.348.750.492,55	-1.056.194.981,33
Dispêndios Extraorçamentários	-398.285,66	-610.207,06
Transferências Financeiras Concedidas	-1.348.352.206,89	-1.055.584.774,27
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-509.192.643,76	-228.926.698,45
INGRESSOS	5.411.911,04	5.263.805,51
Alienação de Bens	5.411.911,04	5.263.805,51
DESEMBOLSOS	-514.604.554,80	-234.190.503,96
Aquisição de Ativo Não Circulante	-479.725.128,05	-212.313.246,22
Outros Desembolsos de Investimentos	-34.879.426,75	-21.877.257,74
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	38.555.511,09	13.684.571,43
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	75.500.055,77	61.815.484,34
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	114.055.566,86	75.500.055,77

FONTE: SIAFI

Notas Explicativas

Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Financeiras 2024 foram elaboradas a partir das informações do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

O propósito geral é fornecer informações sobre a gestão do patrimônio público e contribuir na prestação de contas da gestão econômico-financeira. Os usuários poderão encontrar informações sobre a posição e as mutações do patrimônio público, o desempenho econômico-financeiro, a execução orçamentária, os fluxos de caixa e outras informações que auxiliem na avaliação da gestão econômico-financeira da entidade.

O escopo normativo de suporte às atividades de contabilidade é a Constituição Federal - CF, Lei 4.320/64, Decreto 93.872/86, Normas Brasileiras de Contabilidade – NBCs do Conselho Federal de Contabilidade – CFC e Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP da STN.

Principais critérios e políticas contábeis

(a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Equivalente a Conta Caixa, depósitos bancários e aplicações com liquidez imediata. Esses valores têm sua mensuração realizada pelo valor de custo e, quando for o caso, acrescentado dos rendimentos auferidos.

(b) Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo. Os valores são mensurados pelo custo histórico e acrescidos dos juros e encargos moratórios, quando aplicável. O ajuste para perdas é registrado com base na análise dos riscos.

(c) Estoque

Na entrada, esses bens são mensurados pelo valor de aquisição. Na saída, o método de mensuração dos estoques é o custo médio ponderado. Se for o caso, o estoque poderá ser ajustado mediante as contas para ajustes ou redução do valor de mercado.

(d) Ativo realizável a longo prazo

Os valores são mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, serão acrescidos das atualizações monetárias, juros e encargos moratórios. Com base na análise dos riscos de realização dos créditos é registrado o ajuste para perdas.

(e) Investimentos

Compostos por participações permanentes, estas representam os investimentos realizados em empresas e consórcios públicos. São mensurados pelo método de custo, sendo reconhecidas as perdas apuradas em avaliações periódicas.

(f) Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. Inicialmente, o reconhecimento é através do custo de aquisição ou construção. Após o reconhecimento inicial, esses bens ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão (caso tenha vida útil definida), assim como também estão sujeitos à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Caso ocorra gastos posteriores à aquisição ou construção, esses gastos serão incorporados ao valor do imobilizado se tais gastos aumentarem a vida útil do bem e forem capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se esses gastos não gerarem tais benefícios, eles serão reconhecidos como variações diminutivas do período.

(g) Intangíveis

Os direitos referentes à bens incorpóreos são avaliados com base no valor de aquisição ou produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada, bem como o montante acumulado das perdas de valor que tenham sofrido por redução ao valor recuperável.

(h) Depreciação

Por se tratar de uma Autarquia, a depreciação, amortização e exaustão têm base legal na Lei nº 4.320/1964, na Lei Complementar nº 101/2000, nas Normas Brasileiras de Contabilidade do Setor Público (NBC TSP), no MCASP, Na Lei nº 10.180/2001 e no Decreto nº 6.976/2009. O custo, tanto o direto como o indireto, do ativo imobilizado ou do ativo intangível é utilizado como base de cálculo para depreciação, amortização ou exaustão. O método de cálculo é o das quotas constantes e apurado mensalmente a partir do mês seguinte à data da disponibilidade do bem em uso, com exceção aos bens imóveis cadastrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet). Neste caso, o valor da depreciação dos bens imóveis é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável, utilizando o método da Parábola de Kuentzle, sendo apurada no mesmo dia em que o bem é colocado em condição de uso.

(i) Passivo Circulantes e Não Circulantes

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, e quando for o caso, serão acrescidos dos correspondentes encargos das variações monetárias ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulantes e não circulantes apresentam:

- I. Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais;
- II. Fornecedores;
- III. Obrigações fiscais; e
- IV. Demais obrigações.

(j) Benefícios a Empregados

Os benefícios a empregados que são referentes ao curto prazo para empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência equivalente aos serviços prestados e são registrados como variação patrimonial diminutiva. Os benefícios relacionados a aposentadorias e pensões, também são reconhecidos por regime de competência.

(k) Apuração do Resultado

São apurados os seguintes resultados:

- I. Patrimonial;
- II. Orçamentário; e
- III. Financeiro.

Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial requer a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas se for provável que os benefícios econômicos ocorram e quando puderem ser mensurados com confiança. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorra decréscimos nos benefícios econômicos potenciais que implicam na saída de recursos, redução de ativos ou aumento de passivos.

A apuração do resultado patrimonial do exercício se dá pelo encerramento das contas VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após, o resultado é refletido na conta de “Superávit/Déficit do Exercício”. Os detalhes do confronto entre VPA e VPD são evidenciados na Demonstração das Variações Patrimoniais.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios que ocorrem durante o exercício e alteram as disponibilidades do DNOCS. No balanço financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Além disso, também é possível verificar o resultado financeiro na demonstração dos fluxos de caixa.

Resultado Orçamentário

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas; no balanço orçamentário é apresentado o superávit/déficit do exercício. O registro da receita orçamentária ocorre no momento da arrecadação, conforme art. 35 da Lei nº 4.320/1964, segundo este artigo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas,

portanto, é adotado o regime de caixa, diferente daquele adotado no regime contábil que utiliza o regime de competência.

Conformidade Contábil das Demonstrações Contábeis

A conformidade contábil é a certificação de que as demonstrações contábeis geradas pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) estão de acordo com a Lei nº4.320/1964, com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e com os procedimentos da Macrofunção 020315 do Manual Siafi.

A conformidade contábil tem o propósito de padronizar e evidenciar as impropriedades que causam distorção relevante nas demonstrações contábeis. A Secretaria do Tesouro Nacional (STN) desenvolveu o registro de restrição contábil na conformidade contábil da entidade objeto, elencando um rol de restrições que podem ser aplicáveis de acordo com a relevância da inconsistência.

No DNOCS, o processo de conformidade contábil está estruturado assim:

- I. **Setorial Contábil de Unidade Gestora** - sendo responsável pelo acompanhamento da execução contábil de uma determinada unidade gestora executora;
- II. **Setorial Contábil de Órgão** - sendo responsável pelo acompanhamento da execução contábil do Órgão, compreendendo as unidades gestoras que lhe pertencem.

Tanto os gestores, quanto os profissionais de contabilidade são responsáveis pela conformidade das demonstrações contábeis; os gestores pelos atos e fatos que impactam as demonstrações e os profissionais, pelas informações e eventuais inconsistências.

O objetivo da conformidade é garantir que os aspectos relevantes das informações sejam verdadeiros e confiáveis. As restrições e ressalvas não se direcionam aos gestores, uma vez que, nas tratativas internas, os gestores já são informados, mas, aos usuários, e representam ponderações quanto à interpretação dos atos e fatos relatados. É nesse contexto que a Macrofunção-STN 020315 estabelece como necessários, o distanciamento dos conformistas aos atos de gestão, a autonomia da setorial de contabilidade e a estrutura adequada para atender aos propósitos de evidenciação contábil.

Ativo Circulante

O Ativo Circulante é formado majoritariamente por Caixa e Equivalentes de Caixa, com saldo de R\$114 milhões apurados no fim do exercício de 2024, representando um acréscimo de 51,07% em relação a 2023 e 96,5% do total do Ativo Circulante em 2024.

Segundo o Decreto n.º 11.415, de 16/02/2023, ao final do exercício financeiro as unidades gestoras executoras devem devolver os saldos remanescentes dos recursos à Secretaria do Tesouro Nacional, exceção aos recursos próprios.

Em 31 de dezembro a conta Limite de Saque (Caixa) apresentava um saldo de R\$75,5 milhões e desses, R\$63 milhões estavam comprometidos com Ordens de Pagamento diversas, a maior parte referente à Folha de pagamento de dezembro/2024, paga no início de 2025.

Os *Créditos a Curto Prazo* aumentaram 35,53% em comparação ao período do ano anterior, conforme tabela a seguir. Esses créditos são compostos por adiantamentos remuneratórios concedidos a pessoal ativo (R\$928 mil), adiantamento de salários e Termos de Execução Descentralizada - TEDs, no valor de R\$2,27 milhões.

em Reais				
	AV (%)	31/12/2024	AH (%)	31/12/2023
Caixa e Equivalentes de Caixa	96,5%	114.055.566,86	51,07%	75.500.055,77
Créditos a Curto Prazo	3,0%	3.519.838,08	35,53%	2.597.163,44
Estoques	0,5%	612.265,26	55,82%	392.922,13
Total	100,0%	118.233.327,20	50,55%	78.535.432,34

Fonte: Siafi

Impende destacar que o Ativo Circulante e o Ativo Não Circulante encontram-se subavaliados em razão da ausência de reconhecimento dos créditos a receber decorrentes da alienação de lotes de perímetros de irrigação.

Essa inconsistência iniciou-se em 2015 com o advento do novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, que introduziu na Administração Pública o reconhecimento da Receita Pública pelo regime de competência, fato que leva em consideração não o recebimento, mas a transferência da propriedade. Nesse sentido, todas as alienações de lotes devem figurar no Ativo do DNOCS como valores a receber de curto e longo prazo.

Para corrigir essa distorção, é necessário a definição do valor a receber por lote e seu custo correspondente, para que se reconheça na contabilidade o direito a receber e a consequente e respectiva baixa do custo.

Com o intuito de se registrar os valores a receber, o Setor de Controle de Arrecadação (DA/SCA), órgão vinculado à Diretoria Administrativa, foi consultado sobre a composição dos ativos. Na ocasião se manifestou informando não possuir bases objetivas e confiáveis de mensuração e que a situação seria diferente se houvesse um sistema informatizado de controle, mas os custos elevados de desenvolvimento e as limitações orçamentárias não permitiram sua obtenção, assim, também não foi possível efetuar os registros, ocasionando distorções nos saldos do Ativo Circulante e do Ativo Não Circulante.

Para solucionar a equação contábil 0040 - VPA A CLASSIFICAR, todos os meses são realizados lançamentos das receitas arrecadadas com ajustes de exercícios anteriores, que não corrige a distorção, mas reconhece cada arrecadação recebida. Nos exercícios de 2023 e 2024 foram lançados os seguintes montantes em ajustes de exercícios anteriores, conforme a arrecadação verificada:

Regularização VPA

em Reais		
mês	2024	2023
janeiro	133.197,40	1.359.684,94
fevereiro	186.700,46	157.421,93
março	677.375,67	181.530,54
abril	110.187,07	159.476,74
maio	507.929,19	166.456,27
junho	1.043.035,32	101.736,02
julho	285.079,21	157.692,70
agosto	1.354.632,79	111.103,46
setembro	187.505,94	161.084,59
outubro	222.066,77	165.101,66
novembro	356.734,04	291.648,66
dezembro	281.127,12	653.642,11
Total	5.347.594,98	3.668.602,62

Fonte: Siafi

Com base nos dados acima, os valores que deveriam constar no início do ano de 2023 seriam de aproximadamente R\$3.668.602,62 os quais foram recebidos durante o referido exercício e em 2024 R\$5.347.594,98, que foram arrecadados no decorrer do ano.

Em razão do exposto, referida distorção foi consignada na Declaração do Contador.

Ativo Não Circulante

O Ativo Não Circulante é formado pelos itens *Ativo Realizável a Longo Prazo, Investimentos, Imobilizado e Intangível*. O *Imobilizado* possui a maior participação na formação do *Ativo Não Circulante*, R\$6,91 bilhões de saldo, o equivalente a 99,14% no *exercício*.

em Reais				
	AV(%)	31/12/2024	AH(%)	31/12/2023
	0,79%		44,94%	
Ativo Realizável a Longo Prazo		55.387.499,54		38.213.689,47
Investimentos	0,02%	1.056.450,02	0,00%	1.056.450,02
Imobilizado	99,14%	6.910.731.636,22	7,91%	6.404.118.673,16
Intangível	0,05%	3.686.613,35	0,00%	3.686.613,35
Total	100,00%	6.970.862.199,13	8,12%	6.447.075.426,00

Fonte: SIAfi

A Dívida Ativa Não-Tributária representa 99,99% do Realizável a Longo Prazo e obteve um incremento de 44,95% no último ano; créditos relativos à acórdãos do Tribunal de Contas da União que tratam de decisões do tribunal sobre prestações de contas de transferências voluntárias realizadas pelo DNOCS.

Cabe informar que se identificou distorções de saldos entre o do sistema SAPIENS e o da respectiva conta. Em virtude do recente envio de informações para fins de elaboração da Prestação de Contas da Presidência da República (PCPR), referente ao exercício de 2024, foi constatada a existência de divergências significativas entre o estoque da Dívida Ativa nos sistemas SIAFI e SAPIENS.

Diante desse cenário e da necessidade de precisão e transparência das informações contábeis da Autarquia, solicitamos através do processo SEI n.º 59400.000339/2025-11 a colaboração da Procuradoria Federal para subsidiar a conciliação do saldo de R\$ 169.582.569,22, constante do SAPIENS, com o saldo de R\$ 55.387.499,54 apurado no balanço em comento.

Foram solicitadas informações sobre a composição detalhada dos valores, identificação dos devedores, débitos, datas de inscrição, principais e montantes.

		em Reais		
	AV(%)	31/12/2024	AH(%)	31/12/2023
Dívida Ativa Não Tributária	99,99%	55.381.283,50	44,95%	38.207.473,43
Demais Créditos e Valores	0,01%	6.216,04	0,00%	6.216,04
TOTAL	100,00%	55387499,54	44,95%	38213689,47

Fonte: Siafi

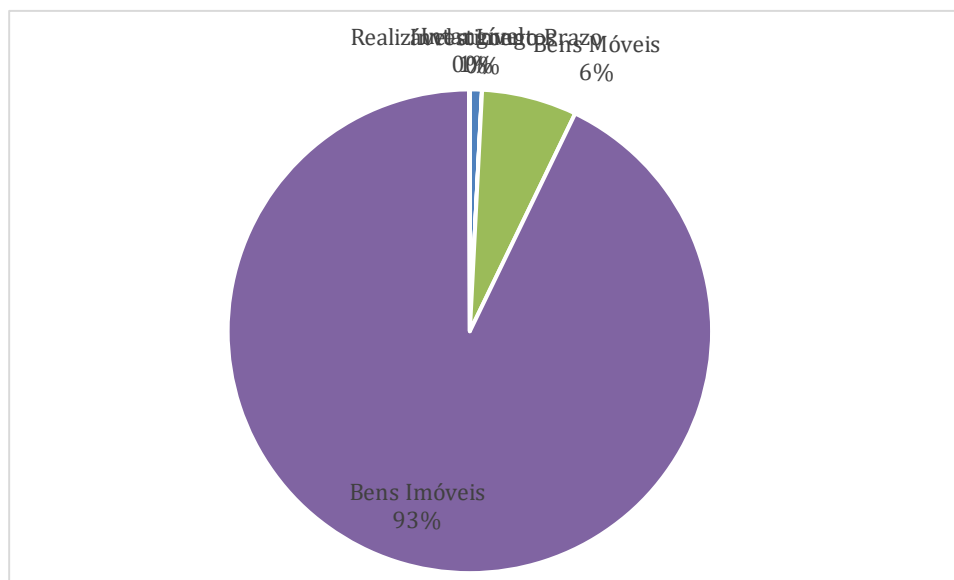
A respeito do Ativo Realizável a Longo Prazo e conforme apresentado na nota explicativa do Ativo Circulante, esse item também se encontra subavaliado também pela ausência de reconhecimento dos créditos a receber de alienação de lotes de irrigação.

A ressalva está consignada na Declaração do Contador.

Investimentos são participações societárias de empresas públicas adquiridas até o ano 2000 das áreas de saneamento e telecomunicações e ainda mantidos em carteira.

O *Imobilizado* atingiu um montante de R\$6,9 bilhões no encerramento do exercício e teve um aumento de 7,91%, representando 99% do Ativo Não Circulante e os bens imóveis foram o principal fator para o incremento, crescendo R\$368,9 milhões.

Gráfico da Composição do Ativo Não-Circulante



Imobilizado

	em Reais	
	31/12/2024	31/12/2023
Imobilizado	6.910.731.636,22	6.404.118.673,16
- Bens Móveis	442.736.452,57	305.021.090,18

Bens Móveis	606.169.824,37	430.679.017,45
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-163.433.371,80	-125.657.927,27
<u>Bens Imóveis</u>	<u>6.467.995.183,65</u>	<u>6.099.097.582,98</u>
Bens Imóveis	6.489.471.100,53	6.124.281.674,56
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-21.475.916,88	-25.184.091,58
Total	6.910.731.636,22	6.404.118.673,16

Fonte: SIAFI

Em relação aos Bens Imóveis, Obras em Andamento, componente do Ativo Imobilizado, há alguns saldos alongados e outros que por sua natureza não deveriam ser incorporados, mas que na ausência de um mapeamento de processos institucionalizado e operacionalmente aderente, os registros inconsistentes tornam-se de difíceis identificação.

Nos anos de 2018 e 2019, foi realizado um amplo esforço das unidades DA/DRL/MP e DA/DRF/CO para a reclassificação dos saldos de obras já concluídas. Na ocasião R\$ 1,3 bilhão foram reclassificados e R\$2 bilhões permaneceram nas contas de *Obras em Andamento e Bens a Classificar*.

Em 2021 foram envidados novos esforços, utilizando-se da mesma metodologia empregada em 2018 e 2019.

Sem pretensão de mapear o processo e apenas com o propósito de estabelecer marcos de comunicação entre as áreas técnicas, financeiro, controle patrimonial e contabilidade e na tentativa de organizar o fluxo informacional, foi emitida a IN-DNOCS n.º 02/2022, que estabeleceu procedimentos para o início, acompanhamento e conclusão das obras.

Em 2023 promoveu-se novos levantamentos de saldos, diligências e processos foram abertos na busca pela identificação de valores divergentes. Como resultado, foram reclassificados R\$208 milhões, entretanto, ainda se verifica saldos alongados que distorcem as demonstrações.

Atualmente a área de TI está desenvolvendo um banco de dados unificado de obras em andamento no sistema APOENA, com codificação SIAFI atrelada ao n.º CIPI, viabilizando o controle por obra, geolocalização, possibilitando a acumulação de seu valor histórico por centro de custos até a conclusão, transferência e registros cartoriais, se assim a destinação do imóvel e a legislação aplicada o dispuser, terminando pela inclusão do cadastro do imóvel no sistema de gerenciamento de bens de uso especial da União - SPIUNet.

A ressalva foi consignada na Declaração do Contador.

Passivo Circulante

O Passivo Circulante apresentou um saldo de R\$1,27 bilhão, distribuído nas contas a seguir.

Obrigações Trab., Prev. e Assist. A Pagar a Curto Prazo, R\$58,19 milhões, 4,59% do passivo total, refletindo as obrigações de curto prazo e provisões da folha de pagamento de dezembro de 2024, pagas no início de 2025.

Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo, 6,93% do total; trata de Restos a Pagar Processados e *Transferências Fiscais a Curto Prazo*, com apenas 1,31%.

Transferências Fiscais a Curto Prazo, com 16,5 milhões, 1,31% do total, com significativas alterações no último ano, representando as obrigações com parcelas de convênios firmados com municípios.

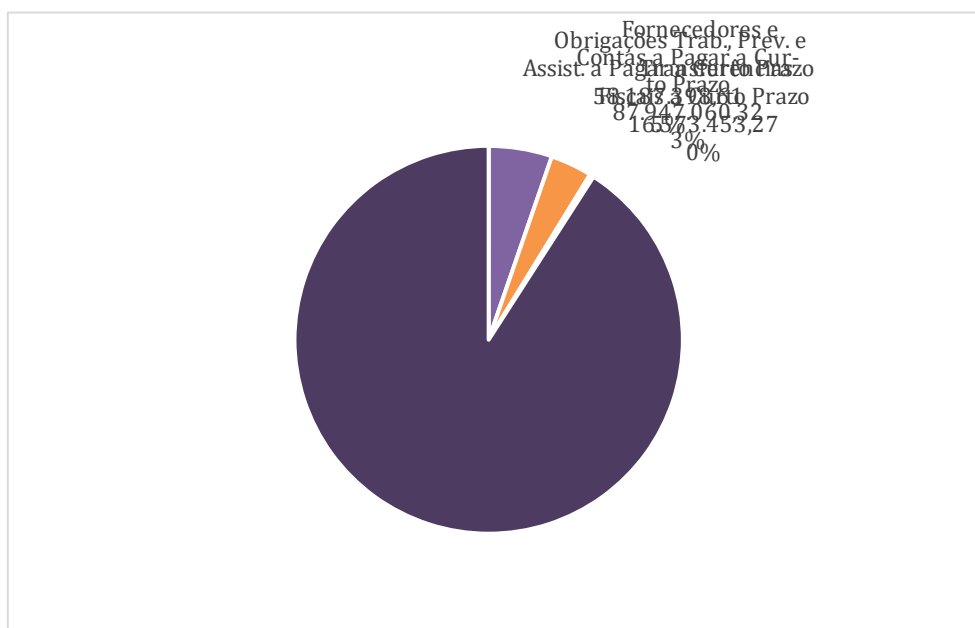
Passivo Circulante

em Reais				
	AV (%)	31/12/2024	AH(%)	31/12/2023
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	4,59%	58.187.398,61	5,49%	55.157.874,27
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	6,93%	87.947.060,32	142,08%	36.329.729,76
Transferências Fiscais a Curto Prazo	1,31%	16.573.453,27	368,51%	3.537.492,08
Demais Obrigações a Curto Prazo	87,18%	1.106.070.808,80	16,31%	951.007.646,55
TOTAL	100,00%	1.268.778.721,00	532,39%	1.046.032.742,66

Fonte: Siafi

Demais Obrigações a Curto Prazo apresenta o montante mais expressivo, R\$1,1 bilhão, representando 87,18% do Passivo Circulante e registra, principalmente, Termos de Execução Descentralizadas a comprovar.

Composição Gráfica do Passivo Circulante



Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido teve uma redução de 239,12% impulsionada pelo resultado apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais (Resultado do Exercício), que teve uma redução de 139,15%; por Ajustes de Exercícios Anteriores que sofreu uma redução de quase R\$ 72 milhões em relação ao exercício anterior e, também, pelas demais reservas que representaram 18,79% do PL, totalizando R\$ 1,84 bilhão em 2024.

	AV(%)	31/12/2024	AH(%)	em Reais 31/12/2023
Demais Reservas	18,79%	1.840.960.429,06	-0,06%	1.842.004.525,07
Resultados Acumulados	40,61%	3.979.306.236,48	9,40%	3.637.523.816,82
Resultado do Exercício	3,42%	335.281.799,56	- 139,15%	- 856.367.446,91
Resultados de Exercícios Anteriores	37,12%	3.637.523.816,82	-17,62%	4.415.732.147,10
Ajustes de Exercícios Anteriores	0,07%	6.500.620,10	-91,68%	78.159.116,63
TOTAL	100,00 %	9.799.572.902,02	- 239,12%	9.117.052.158,71

Fonte: Siafi

Atos Potenciais Ativos

Os Atos Potenciais Ativos são compostos por garantias e contragarantias recebidas, *Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres* e Direitos

Contratuais. Em comparação ao ano de 2023, os *Atos Potenciais Ativos* tiveram uma redução de 19,12% no exercício de 2024.

Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres é, dentre os atos potenciais ativos apresentados no “Quadro das contas de Compensação” do Balanço Patrimonial, o item mais relevante (96,76%); e em comparação com o exercício de 2023, teve uma redução de R\$ 198,39 milhões nos direitos conveniados e outros instrumentos congêneres.

Garantias e Contragarantias Recebidas representavam, no fim do exercício de 2024, 3,17% do total e não teve alteração em relação ao último ano.

Atos Potenciais Ativos

em Reais				
	AV (%)	31/12/2024	AH(%)	31/12/2023
Garantias e Contragarantias Recebidas	3,17%	26.620.125,02	0,00%	26.620.125,02
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	96,76%	811.809.958,21	-19,64%	1.010.205.101,80
Direitos Contratuais	0,07%	581.930,65	0,00%	581.930,65
TOTAL	100,00 %	839.012.013,88	-19,12%	1.037.407.157,47

Fonte: Siafi

Atos Potenciais Passivos

Os atos potenciais passivos do DNOCS são formados pelos itens: “Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres” e “Obrigações Contratuais”. De acordo com a Lei nº 4.320/1964, atos potenciais são aqueles que podem vir a afetar, mediata ou imediatamente, o patrimônio.

Como mostra a tabela a seguir, no encerramento do exercício de 2024 os atos potenciais passivos tinham um saldo de R\$ 995,96 milhões, e o principal item que compunha os Atos Potenciais Passivos do DNOCS era *Obrigações Contratuais*, representando 92,44% deste saldo. Estas obrigações contratuais consistem no controle dos contratos celebrados pela Administração Pública na figura de contratante, com o objetivo de obter bens e serviços de terceiros.

Atos Potenciais Passivos

em Reais				
	AV(%)	31/12/2024	AH(%)	31/12/2023
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	7,56%	75.281.315,62	33,82%	56.254.751,06
Obrigações Contratuais	92,44%	920.676.704,42	18,55%	776.603.040,71
TOTAL	100,00 %	995.958.020,04	19,58%	832.857.791,77

Fonte: Siafi

A partir de 1º de janeiro de 2025, todos os documentos de cobrança serão lançados no sistema de contratos com reflexos no SIAFI.

O Contratos.gov.br desempenha um papel fundamental como ferramenta governamental para a Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional. O Sistema engloba diversos aspectos da Gestão Contratual, incluindo a emissão de empenhos decorrentes de contratações públicas, Fiscalização Contratual e Atas de Registro de Preços, conforme estabelecido na Nova Lei de Licitações e Contratos, Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

A iniciativa trará benefícios significativos ao processo de compras públicas, em especial à gestão contratual, orçamentária e financeira, promovendo uma maior transparência, precisão e agilidade e por conseguinte, saldos conciliados no final do exercício, entretanto, considerando que em 31/12/2024 ainda havia saldos alongados e ou desatualizados, a ressalva foi consignada na Declaração do Contador.

Já o item *Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres* representaram uma pequena parcela de 7,56% dos Atos Potenciais Passivos em 31/12/2024. Os atos potenciais passivos, apresentaram em 2024 um aumento de 19,58% quando comparado a 2023.

Exploração e Vendas de Bens, Serviços e Direitos

Em 2024, o grupo “*Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços*” alcançou R\$2,96 milhões, apresentando um aumento de 4,4% em relação ao exercício anterior, conforme apresentado na tabela abaixo.

	AV (%)	2024	AH(%)	2023
Venda de Mercadorias	1,11%	32.836,00	-36,09%	51.376,00
Vendas de Produtos	0,01%	248,80	-28,69%	348,90
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	98,88%	2.926.367,31	4,40%	2.802.955,70
TOTAL	100,00%	2.959.452,11	-60,37%	2.854.680,60

Fonte: Siafi

Vale ressaltar que os valores obtidos com a exploração e venda de bens e serviços, receita própria, representam menos de 5% das receitas totais, quando compreendidas as transferências governamentais recebidas.

Por volta de 90% da receita própria advém de aluguéis e leilões e apenas 10% do fornecimento de água.

Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas

As Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) equivalem às receitas contábeis. A Demonstração das Variações Patrimoniais mostra um aumento das VPAs em 2024, passando de R\$2,2 bilhões para R\$2,97 bilhões (aumento de 34,99%).

Transferências intergovernamentais são responsáveis por 90,41% das receitas de 2024, visto que o DNOCS se configura uma estatal dependente do orçamento fiscal e da seguridade social; apresentando um aumento de 27,70% em comparação ao período de 2023.

Variações Patrimoniais Aumentativas

				em Reais
	AV(%)	31/12/2024	AH(%)	31/12/2023
Venda de Mercadorias	0,00%	32.836,00	-36,09%	51.376,00
Vendas de Produtos	0,00%	248,80	-28,69%	348,90
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	0,10%	2.926.367,31	4,40%	2.802.955,70
Juros e Encargos de Mora	0,00%	5.552,24	-15,44%	6.566,10
Transferências Intragovernamentais	90,41%	2.692.464.145,64	27,70%	2.108.353.110,83
Outras Transferências e Delegações Recebidas	4,24%	126.171.927,45	183,25%	44.543.649,34
Ganhos com Incorporação de Ativos	1,68%	50.109.492,44	36,79%	36.631.474,00
Ganhos com Desincorporação de Passivos	2,96%	88.034.644,93	704,51%	10.942.653,91
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	0,61%	18.156.877,14	597,02%	2.604.946,18
TOTAL	100,00 %	2.977.902.091,95	34,99%	2.205.937.080,96

Fonte: Siafi

Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas

As Variações Patrimoniais Diminutivas (DVP) equivalem às despesas. A Demonstração das Variações Patrimoniais apresentou uma variação negativa de 13,70% em relação ao ano de 2023, passando de mais de R\$3 bilhões para R\$2,64 bilhões em 2024.

Vale destacar que em 2024 houve aumento de quase 217% de despesas com transferência e delegações concedidas, para cerca de R\$141 milhões.

Sobre reavaliações, vale salientar que alguns fatores, como a dificuldade na realização de créditos ou a redução da capacidade produtiva de um bem móvel ou imóvel, podem afetar o valor contábil de determinados ativos, assim não refletindo o seu valor justo. Nestes casos, é necessário que esses ativos passem por um processo de reavaliação para que o seu valor contábil reflita a realidade que a entidade atua.

Não houve reavaliações de imóveis em 2024 e a rubrica apresentou saldo zerado, redução de 100% em relação aos R\$ 704 milhões de 2023.

No ano anterior o Serviço de Material e Patrimônio contava com o apoio técnico de um engenheiro para realizar reavaliações dos imóveis, entretanto, com a aposentadoria do servidor, não puderam ser executadas. Em 2025 haverá a integração de um novo profissional e então serão retomadas.

VPD financeiras de juros e encargos de mora reduziram 57% em 2024.

Variações Patrimoniais Diminutivas

	AV(%)	31/12/2024	AH(%)	31/12/2023
Remuneração a Pessoal	2,27%	60.077.432,31	-13,61%	69.543.452,52
Encargos Patronais	0,42%	11.079.863,55	-13,73%	12.842.512,95
Benefícios a Pessoal	0,25%	6.641.170,54	21,35%	5.472.903,12
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	0,01%	244.592,49	-58,40%	587.978,31
Aposentadorias e Reformas	9,93%	262.457.604,64	0,62%	260.833.795,25
Pensões	12,20%	322.333.668,22	1,21%	318.481.564,84
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	0,25%	6.733.985,40	38,71%	4.854.638,61
Uso de Material de Consumo	0,04%	1.016.000,23	-76,07%	4.245.107,53
Serviços	1,96%	51.887.233,25	-31,23%	75.452.435,06
Depreciação, Amortização e Exaustão	1,69%	44.610.257,36	45,17%	30.729.198,48
Juros e Encargos de Mora	0,01%	204.296,93	-57,86%	484.849,92
Transferências Intragovernamentais	51,02%	1.348.352.206,89	27,74%	1.055.584.774,27
Transferências Intergovernamentais	3,62%	95.579.076,86	35,73%	70.417.067,38
Outras Transferências e Delegações Concedidas	5,35%	141.279.659,54	217,18%	44.542.433,08
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	0,00%	0	-	704.808.220,31
Perdas Involuntárias	0,08%	2.072.037,57	-8,00%	2.252.260,99
Incorporação de Passivos	8,64%	228.260.205,55	38,43%	164.893.285,52
Desincorporação de Ativos	2,26%	59.674.129,90	-74,72%	236.042.300,29
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00%	62.004,79	-68,60%	197.452,40
Contribuições	0,00%	28.928,03	1,21%	28.581,85
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	0,00%	25.938,34	166,99%	9.715,19
TOTAL	100,00%	2.642.620.292,39	-13,70%	3.062.304.527,87

Remuneração a Pessoal e Encargos Patronais

O grupo de Pessoal e Encargos, totalizaram R\$78,04 milhões apresentando uma redução nas despesas com pessoal ativo de 11,76% quando comparado a 2023. O item despesas com remuneração a pessoal totalizou R\$60,07 milhões (76,98% do saldo do grupo), apresentando uma redução de 13,61%. Os encargos patronais sofreram uma redução de 13,73%.

	AV(%)	31/12/2024	AH(%)	31/12/2023
Remuneração a Pessoal	76,98%	60.077.432,31	-13,61%	69.543.452,52
Encargos Patronais	14,20%	11.079.863,55	-13,73%	12.842.512,95
Benefícios a Pessoal	8,51%	6.641.170,54	21,35%	5.472.903,12
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	0,31%	244.592,49	-58,40%	587.978,31
TOTAL	100,00%	78.043.058,89	-11,76%	88.446.846,90

Fonte: Siafi

Benefícios Previdenciários e Assistenciais

O grupo “Benefícios Previdenciários e Assistenciais” correspondem às VPD relativas às aposentadorias, pensões e outros benefícios previdenciários do RPPS e RGPS. Em dezembro de 2024, os benefícios previdenciários e assistenciais obtiveram um montante de R\$591,52 milhões, representando uma variação positiva de 1,26, conforme tabela.

	AV(%)	31/12/2024	AH(%)	31/12/2023
Aposentadorias e Reformas	44,37%	262.457.604,64	0,62%	260.833.795,25
Pensões	54,49%	322.333.668,22	1,21%	318.481.564,84
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	1,14%	6.733.985,40	38,71%	4.854.638,61
TOTAL	100,00%	591.525.258,26	1,26%	584.169.998,70

Fonte: Siafi

Gastos com *Pensões* é o item mais representativo de benefícios previdenciários e assistenciais, R\$322 milhões ou 54% do grupo e supera em R\$ 60 milhões as aposentadorias e reformas, com 44,37%.

Os gastos com *Aposentadorias e Reformas* (RGPS e RPPS) atingiram R\$262,45 milhões em 2024, apresentando um aumento de 0,62% em relação a 2023.

Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

Esse grupo compreende as demais despesas necessárias para a manutenção da operação do Órgão. As despesas com serviços totalizaram R\$51,88 milhões (31% a menos que no exercício anterior), correspondendo a 53,21% do grupo. As despesas com Depreciação, Amortização e Exaustão atingiram R\$ 44,6 milhões, o equivalente a 45,75%.

Segundo o § 2º do art. 15 da Lei nº 4.320/1964, materiais permanentes são itens que atendem à condição de duração superior a dois anos, enquanto materiais com duração inferior a 2 anos são considerados “de consumo”.

O item *Uso de Material de Consumo*, contribuíram com apenas 1,04% das despesas deste grupo, somando R\$ 1,016 milhão.

	AV (%)	31/12/2024	AH(%)	em Reais 31/12/2023
Uso de Material de Consumo	1,04%	1.016.000,23	-76%	4.245.107,53
Serviços	53,21%	51.887.233,25	-31%	75.452.435,06
Depreciação, Amortização e Exaustão	45,75%	44.610.257,36	45%	30.729.198,48
TOTAL	100,00%	97.513.490,84	-62,13%	110.426.741,07

Fonte: Siafi

Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

	AV(%)	31/12/2024	AH(%)	em Reais 31/12/2023
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	0	-	704.808.220,31
Perdas Involuntárias	0,71%	2.072.037,57	-8,00%	2.252.260,99
Incorporação de Passivos	78,71%	228.260.205,55	38,43%	164.893.285,52
Desincorporação de Ativos	20,58%	59.674.129,90	-74,72%	236.042.300,29
TOTAL	100,00 %	290.006.373,02	-28,07%	403.187.846,80

Fonte: Siafi

Em 2024 a desincorporação de ativos foram R\$59,67 milhões, variação de - 74,72% contra R\$236 milhões do ano anterior, assim o grupo de desvalorização e perda de ativos e incorporação de passivos reduziu em 28,07%.

Resultado Patrimonial

A apuração do resultado patrimonial é confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) e Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos acontecerão, sendo necessário que esses benefícios possam ser mensurados de forma confiável, utilizando-se do regime de competência. As VPD são reconhecidas quando é provável que ocorram decréscimos nos benefícios econômicos, implicando na saída de recursos, redução de ativos ou assunção e passivos, conforme o regime de competência.

O resultado patrimonial apurado no exercício de 2024 apresentou um saldo deficitário em R\$335,28 milhões, conforme demonstrado na tabela a seguir.

em Reais			
	AH(%)	31/12/2024	31/12/2023
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	34,99%	2.977.902.091,95	2.205.937.080,96
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	- 13,70%	2.642.620.292,39	3.062.304.527,87
TOTAL	21,29%	- 335.281.799,56	856.367.446,91

Fonte: Siafi

Balanço Orçamentário

Balanço Orçamentário apresenta as receitas e despesas orçamentárias por categoria econômica e origem, especificando previsão inicial, previsão atualizada, receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou insuficiência de arrecadação.

As Despesas Orçamentárias são apresentadas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

Em decorrência da utilização do superávit financeiro de exercícios anteriores para abertura de créditos adicionais, apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior ao de referência, o Balanço Orçamentário demonstrará uma situação de desequilíbrio entre

a previsão atualizada da receita e a dotação atualizada. Essa situação também pode ser causada pela reabertura de créditos adicionais, especificamente os créditos especiais e extraordinários que tiveram o ato de autorização promulgado nos últimos quatro meses do ano anterior, caso em que esses créditos serão reabertos nos limites de seus saldos e incorporados ao orçamento do exercício financeiro em referência.

O superávit financeiro de exercícios anteriores, quando utilizado como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais, não pode ser apresentado como parte da receita orçamentária do Balanço Orçamentário no cálculo do resultado orçamentário.

As receitas de transferências intraorçamentárias não compõem a coluna de receitas, mas as despesas realizadas na execução orçamentária e financeira compõem a coluna de despesas, gerando os desequilíbrios.

O Balanço Orçamentário 2024 apresenta previsão de Receitas (corrente e de capital) no montante de R\$7,8 milhões e previsão de execução de despesas (corrente e de capital) no valor de R\$ R\$1,08 bilhões. Contudo, foram realizadas receitas no valor de R\$8,55 milhões e despesas empenhadas no valor de R\$1,16 bilhão.

$$\text{Receitas Realizadas} + \text{Déficit} = \text{Despesas Realizadas}$$

É importante explicar que as transferências recebidas não estão contidas nas colunas de receitas do Balanço Orçamentário do Órgão, decorrendo daí um desequilíbrio esperado. Apenas no Balanço Orçamento Consolidado da União (BGU), ocorrerá o equilíbrio.

Execução Orçamentária da Receita

Com R\$ 7,8 milhões de receitas previstas e R\$ 8,55 milhões de receitas arrecadadas, houve superavit de arrecadação no valor de R\$ 756 mil.

As maiores contribuições para esse número ocorreram na alienação de bens (Receitas de Capital), que representou 73% do superávit ou R\$ 551 mil, seguido pela receita patrimonial com 48% ou R\$ 364 mil. Esse valor corresponde ao que o órgão arrecadou com aluguéis de imóveis próprios.

	Receita Prevista (b)	Receitas Realizadas (c)	AV(%)	Superávit/Deficit (d=c-b)	AV(%)
Receitas correntes	2.936.927,00	3.142.160,23	37%	205.233,23	27%
Receita Patrimonial	1.234.045,00	1.598.107,94	19%	364.062,94	48%
Receita Agropecuária	43.400,00	32.836,00	0%	-10.564,00	-1%
Receita Industrial		248,80	0%	248,80	0%
Receitas de Serviços	1.627.172,00	1.335.034,27	16%	-292.137,73	-39%
Outras Receitas Correntes	32.310,00	176.182,02	2%	143.872,02	19%
Receitas de Capital	4.860.551,00	5.411.911,04	63%	551.360,04	73%
	7.797.478,00	8.554.320,07	100%	756.842,07	100%

Fonte: SIAFI

A receita de capital representou 63% do total e corresponde às alienações de bens móveis e imóveis em um montante de R\$5,4 milhões, do total de R\$8,55 milhões das receitas totais arrecadadas. Já receitas correntes responderam por R\$ 3,1 milhões ou 37% do total.

O quadro abaixo apresenta as variações ocorridas dentro dos grupos das receitas, sendo as primeiras, subdivisões das receitas correntes e as duas últimas, alienação de bens móveis e imóveis, subdivisões das receitas de capital.

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Receita Prevista	Receitas Realizadas	Saldo	% de Realização	AV (%)
Receita Patrimonial	1.234.045,00	1.598.107,94	364.062,94	29,50%	18,68%
Receita Agropecuária	43.400,00	32.836,00	-10.564,00	-24,34%	0,38%
Receita Industrial		248,80	248,80		
Receitas de Serviços	1.627.172,00	1.335.034,27	-292.137,73	-17,95%	15,61%
Outras Receitas Correntes	32.310,00	176.182,02	143.872,02	445,29%	2,06%
Alienação de Bens Móveis	3.249.540,00	2.250.310,00	-999.230,00	-30,75%	26,31%
Alienação de Bens Imóveis	1.611.011,00	3.161.601,04	1.550.590,04	96,25%	36,96%
Total	7.797.478,00	8.554.320,07	756.842,07	9,71%	100,00%

Fonte: SIAFI

Execução Orçamentária da Despesa

Segundo o art.58 da Lei nº 4.320/1964, o empenho é ato emanado da autoridade competente que cria a obrigação de pagamento. A despesa orçamentária é considerada como do exercício se tiver passado pelo estágio de empenho, mesmo que não seja possível afirmar se foi efetivamente realizada.

Nessa fase, é possível assegurar apenas que os recursos consignados na Lei Orçamentária Anual (LOA) estão reservados para alguma finalidade pública.

Cabe explicar que no Balanço Orçamentário, embora a coluna de Dotação contemple apenas dotações próprias do Órgão e consignados na LOA, as colunas de despesas contemplam também a execução de Termos de Execução Descentralizada (TEDs), portanto, execuções de dotações de outros órgãos públicos. Esse fato compromete a análise do percentual de execução da dotação orçamentária disponível(atualizada), se tomar como base unicamente essa demonstração contábil.

Por outro lado, é possível analisar a execução orçamentária e financeira a partir da fase do empenho. Assim é que a despesa empenhada foi de R\$ 1,16 bilhão, a despesa executada (liquidada) foi de R\$ 993 milhões e a despesa paga foi de R\$ 895 milhões, portanto, restando um saldo de empenhos a executar de R\$ 169 milhões ou 14,55%, portanto, 85,45% da despesa empenhada foi executada.

R\$ 97,4 milhões ou 9,81% da despesa executada (liquidada) não foi paga e se converteu em restos a pagar processados de 2024, logo, 90% da despesa executada (liquidada) foi efetivamente paga.

EmReass

Despesas	Execução da despesa empenhada			Pagamento da despesa executada (liquidada)			
	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo de Empenhos (l=g-h)	% de execução da despesa empenhada (liquidação)		
						Despesa empenhada e não paga (m=h-i)	% pago da despesa executada (liquidada)
Despesas Correntes	707.246.523,09	704.541.325,50	650.771.226,80	2.705.197,59	99,62%	53.770.098,70	92,37%
Pessoal e Encargos Sociais	652.612.508,75	652.612.508,75	603.403.040,57	0,00	100,00%	49.209.468,18	92,46%
Outras Despesas Correntes	54.634.014,34	51.928.816,75	47.368.186,23	2.705.197,59	95,05%	4.560.630,52	91,22%
Despesas de Capital	455.316.002,25	288.843.800,91	245.164.537,81	166.472.201,34	63,44%	43.679.263,10	84,88%
Investimentos	455.316.002,25	288.843.800,91	245.164.537,81	166.472.201,34	63,44%	43.679.263,10	84,88%
TOTAL	1.162.562.525,34	993.385.126,41	895.935.764,61	169.177.398,93	85,45%	97.449.361,80	90,19%

Forte: SAFI

Execução dos Restos a Pagar

Restos a pagar são as despesas empenhadas, mas que constam como pendentes no seu pagamento na data de encerramento do exercício financeiro anterior. O conceito de

restos a pagar está relacionado ao estágio da despesa pública, representados pelo empenho, liquidação e pagamento. O empenho, sendo o primeiro estágio de comprometimento da despesa pública, refere-se à reserva de dotação orçamentária para futuro pagamento de um produto ou serviço específico no momento da contratação. A liquidação consiste no segundo estágio, trata-se da verificação do direito adquirido pelo credor após a entrega do bem ou serviço objeto do gasto. Por fim, o pagamento é o terceiro estágio da despesa, resultando na extinção da obrigação.

Quando o pagamento deixa de ser efetuado no exercício do empenho, há a inscrição em restos a pagar. Estes, quando inscritos, serão classificados em processados e não processados.

Os restos a pagar processados equivalem às despesas empenhadas e liquidadas, mas não pagas no exercício. Já os restos a pagar não processados se referem as despesas empenhadas, mas ainda não liquidadas, consequentemente não pagas no final do exercício. Os restos a pagar que, no encerramento do ano seguinte à sua inscrição, permaneceram pendentes de pagamento são reinscritos em restos a pagar.

Balanço Financeiro

No Balanço Financeiro é possível analisar os ingressos e dispêndios dos recursos classificados por receitas e despesas orçamentárias e extraorçamentárias.

Receita Orçamentária

O Balanço Financeiro apresenta os fluxos de caixa e equivalentes de caixa de forma diferente da apresentada nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa, separando as receitas e despesas orçamentárias das extraorçamentárias e de transferência; além de seguir o regime de caixa.

As fontes vinculadas determinam, no momento da arrecadação, a destinação dos recursos de acordo com as vinculações legais. Já as fontes de recursos ordinárias não têm destinação específica, podendo ser utilizadas para qualquer finalidade.

O Balanço Financeiro apresenta o detalhamento da receita orçamentária em valores brutos por grupo de fonte, com uma linha contendo o total de deduções. Em 2024,

o total de ingressos somou R\$3,04 bilhões, R\$205,77 milhões a mais que no período anterior.

				em Reais
	AV(%)	31/12/2024	31/12/2023	AH(%)
Vinculadas	0,28%	8.573.830,66	8.682.714,39	-1,25%
(-) Deduções da Receita Orçamentária	0,00%	(19.510,59)	(29.334,13)	-
				33,49%
Transferências Financeiras Recebidas	88,44%	2.692.464.145,64	2.108.352.030,53	27,70%
Recebimentos Extraorçamentários	8,80%	267.945.786,27	659.870.505,12	-
				59,39%
Saldo do Exercício Anterior	2,48%	75.500.055,77	61.815.484,34	22,14%
TOTAL	100,00%	3.044.464.307,75	2.838.691.400,25	-7,25%

Fonte: Siafi

As transferências Financeiras Recebidas constituíram 88,44% do total de receitas do período, somando R\$2,7 bilhões, um total de R\$584,11 milhões a mais que os ingressos em 2023.

Despesa Orçamentária

No exercício de 2024, a despesa orçamentária executada totalizou R\$3,04 bilhões, correspondendo a um aumento de 7,25% em relação ao exercício anterior.

				em Reais
	AV(%)	12/31/2024	AH(%)	12/31/2023
Ordinárias	36,59%	1.114.085.809,72	66,73%	668.187.597,53
Vinculadas	1,59%	48.476.715,62	-93,70%	769.931.096,79
Transferências Financeiras Concedidas	44,29%	1.348.352.206,89	27,74%	1.055.584.774,27
Pagamentos Extraorçamentários	13,78%	419.494.008,66	55,66%	269.487.875,89
Saldo para o Exercício Seguinte	3,75%	114.055.566,86	51,07%	75.500.055,77
TOTAL	100,00%	3.044.464.307,75	7,25%	2.838.691.400,25

Fonte: SIAFI

Resultado Financeiro

O resultado financeiro é composto pelo resultado orçamentário (receitas menos despesas orçamentárias), somado ao resultado de transferências financeiras (recebidas menos concedidas) e com o resultado extraorçamentário (recebimentos menos pagamentos extraorçamentário). No exercício de 2024, o resultado financeiro foi superavitário em R\$38,5 milhões, como detalha a tabela a seguir.

	em Reais		
	2024	2023	AH(%)
Receitas Orçamentárias	8.554.320,07	8.653.380,26	-1,14%
Despesas Orçamentárias	1.162.562.525,34	1.438.118.694,32	-19,16%
Resultado Orçamentário	- 1.154.008.205,27	- 1.429.465.314,06	-19,27%
Transferências Financeiras Recebidas	2.692.464.145,64	2.108.352.030,53	27,70%
Transferências Financeiras Concedidas	1.348.352.206,89	1.055.584.774,27	27,74%
Transferências Financeiras Líquidas	1.344.111.938,75	1.052.767.256,26	27,67%
Recebimentos Extraorçamentários	267.945.786,27	659.870.505,12	-59,39%
Pagamentos Extraorçamentários	419.494.008,66	269.487.875,89	55,66%
Resultado Extraorçamentário	- 151.548.222,39	390.382.629,23	- 138,82%
Resultado Financeiro do Exercício	38.555.511,09	13.684.571,43	181,74%

Fonte: SIAFI

Entre os recebimentos extraorçamentários, mais de 99% correspondem à inscrição em restos a pagar, sendo 63,14% em restos a pagar não processados e 36,37% em restos a pagar processados. Já os pagamentos extraorçamentários, 18,50% são referentes aos pagamentos dos restos a pagar processados e 81,40% referentes aos pagamentos dos restos a pagar não processados.

Em relação às transferências Financeiras Recebidas de 2024, 71,77% (R\$1.93 bilhão) são resultantes da execução orçamentária; sendo R\$964 milhões de repasse recebido e R\$967 milhões de sub-repasse recebido. Os demais 28,12% de transferências recebidas são para pagamento de restos a pagar, e são independentes da execução orçamentária. Já em relação às transferências financeiras concedidas, R\$968 milhões (71,82%) são resultantes da execução orçamentária, e R\$379,11 milhões (28,18%) são independentes da execução orçamentária.

Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa

As informações dos fluxos de caixa permitem avaliar como a entidade obteve recursos para financiar suas atividades e a maneira como estes foram usados. A Demonstração dos Fluxos de Caixa apresenta os fluxos de caixa do exercício financeiro classificados por atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A geração líquida de caixa e equivalentes de caixa no DNOCS, apurada em dezembro de 2024, apresentou saldo positivo em R\$38,55 milhões, um aumento significativo quando comparado com o exercício anterior, que apresentou saldo de aproximadamente R\$13,68 milhões.

	2024	AH	2023
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	547.748.154,85	125,77%	242.611.269,88
INGRESSOS	2.696.910.520,78	27,64%	2.112.915.178,52
DESEMBOLSOS	-2.149.162.365,93	14,91%	-1.870.303.908,64
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-509.192.643,76	122,43%	-228.926.698,45
INGRESSOS	5.411.911,04	2,81%	5.263.805,51
Alienação de Bens	5.411.911,04	2,81%	5.263.805,51
DESEMBOLSOS	-514.604.554,80	119,74%	-234.190.503,96
Aquisição de Ativo Não Circulante	-479.725.128,05	125,95%	-212.313.246,22
Outros Desembolsos de Investimentos	-34.879.426,75	59,43%	-21.877.257,74
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	38.555.511,09	181,74%	13.684.571,43

Analisando a relação entre o fluxo de caixa de 2024 observa-se que os fluxos de caixa das atividades operacionais foram suficientes para suportar o fluxo de caixa das atividades de investimento.

A variação nominal positiva de R\$24,8 milhões, foi ocasionada por uma diferença entre os ingressos de R\$305 milhões comparando os exercícios de 2024 e 2023. O maior impacto nos ingressos ocorreu em Transferências Financeiras Recebidas, embora aumentou R\$584 milhões em 2024.

A atividade de investimento apresentou saldo negativo em virtude do maior desembolso de ingressos em 2024. A maioria das atividades de investimentos resultaram de desembolsos com a aquisição de ativos de longo prazo.

Em relação às atividades de financiamento, não houve movimentação de caixa referente a esse grupo nos últimos dois exercícios financeiros do DNOCS.